



### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2023

**ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:** O Município de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.308.742/0001-44, com sede na Rua Vigário Antunes, nº 155, Centro, CEP 35.550-000, abrangendo todas as unidades da administração pública municipal direta do Poder Executivo.

**DETENTOR DO REGISTRO:** A empresa DUARTE DENTAL EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 65.122.590/0001-70, com sede na Rua Primeiro de Janeiro, nº 35, Loja 22, bairro centro, Timóteo/MG, CEP: 35.180-032, Telefone (31) 3848-3383, e-mail: duartedental@uol.com.br, representada pela Sra. Maria Ilda Duarte, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2508773 SSPMG e do CPF nº 540.188.386-20.

#### 1 OBJETO E PREÇOS REGISTRADOS

**1.1 Registro de Preços para eventual aquisição de materiais e aparelhos odontológicos,** conforme quantitativos e especificações constantes, de acordo com as especificações e preços abaixo registrados e em conformidade com o Edital e anexos do processo licitatório que deu origem a esta Ata.

ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	32	Frasco 6 Gramas	Agente de união (Adesivo) fotopolimerizável, primer/bond (dois em um) em frasco único (primer e adesivo), de 5ª geração, com excelente adesão dentina/esmalte, solvente água e álcool que não evapora como acetona, com tampa flip-top para evitar desperdício e a vaporização do solvente, com 10% de em peso de carga nanoparticulada, baixíssima sensibilidade pós operatória, rendimento de até 280 restaurações. Com registro na ANVISA.	FGM	35,20	1.126,40
02	50	Caixa 100 unidades	Agulha gengival descartável, curta (25mm), estéril, cânula siliconada com indicador de bisel, produto atóxico aprotéico, fabricado em aço inox e polipropileno.	PROCARE	29,40	1.470,00
03	50	Unidade	Anestésico tópico 20%, benzocaina 20%, p-aminobenzoato de etilo (PABA), usado como anestésico local, que atua bloqueando a condução de impulsos nervosos, com absorção rápida através das mucosas. Sabores menta ou tutti-frutti.	DFL	15,30	765,00
04	150	Embalagem 100 unidades	Babador descartável impermeável, com duas camadas, sendo papel e plástico, composto por fibras de celulose com excelente capacidade de absorção, não estéril, sem adesivo dimensões de 32cm x 37cm. Validade de no mínimo 5 anos. Com registro na ANVISA.	BIODINAMICA	14,00	2.100,00
05	50	Unidade	Broca Carbide 1558L, FG (alta rotação) comprimento de 25mm	ANGELUS	6,20	310,00
06	20	Unidade	Broca Carbide CA esférica em aço inox nº 04	DENTSPLY	4,05	81,00
07	20	Unidade	Broca Carbide CA esférica em aço inox nº 07	DENTSPLY	4,05	81,00
08	48	Unidade	Cimento protetor pulpar a base de hidróxido de cálcio, auto-endurecível e rígido, sendo que a base deve conter comprovadamente: Ester glicol salicilato, Fosfato de Cálcio, Tungstato de Cálcio, Óxido de Zinco e o catalisador deve conter comprovadamente: Etiltolueno sulfonamida, Hidróxido de Cálcio, Óxido de Zinco, Dióxido de Titânio e Estearato de Zinco.	MAQUIRA	21,99	1.055,52



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA  
ADM 2021/2024  
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500  
[www.itapeçerica.mg.gov.br](http://www.itapeçerica.mg.gov.br)

09	20	Unidade	Cimento provisório tipo óxido de zinco/eugenol Pulpo-San), recomendado para curativo selante, com base sedativa e restaurações temporárias. Líquido	ODONTOSUL	14,50	290,00
10	20	Unidade	Cimento resinoso, compatibilidade química com adesivos dentinários, promove união perfeita e estável com o dente e com a peça protética, elevadas propriedades mecânicas, excelente escoamento com finíssima espessura de película. Kit com 01 seringa de 2,5g de base mais 01 seringa de 2,5g de catalizador. Cor A2	VIGODENT	56,30	1.126,00
11	42	Unidade	Espátula para resina, antiaderente, produzida em aço inoxidável flexível de alta qualidade, cabo em alumínio, totalmente autoclavável	CASSIFLEX	27,40	1.150,80
12	20	Unidade	Kit de discos para polimento de resina composta, composto de discos de lixa e mandril, com pelo menos 2 diâmetros diferentes e 4 tipos de granulação (grossa, média, fina e extra fina).	MICRODONT	69,00	1.380,00
13	20	Caixa com 100 Unidades	Lâmina de bisturi descartável em aço carbono estéril - nº 11	MAXICOR	27,80	556,00
14	20	Caixa com 100 Unidades	Lâmina de bisturi descartável em aço carbono estéril - nº 15C	MAXICOR	27,80	556,00
15	100	Embalagem 50 Unidades	Moldeira dupla para flúor descartável, encaixe universal, precisão na manipulação e aplicação. Excelente qualidade	BIODINAMICA	35,90	3.590,00
16	100	Bloco c/ 12 unidades	Papel Carbono para articulação, 21 a 40 micras, resistente contra rasgos, cor dupla azul/vermelho), marcação de oclusão estática e dinâmica, referência Bausch: BK 3080, com registro na ANVISA.	ANGELUS	4,90	490,00
17	300	Caixa com 100 Unidades	Rolo dental de algodão nº 2, isento de amido e cloro, em formato cilíndrico compactado com 100% de fibras de algodão, com registro no Ministério da Saúde. Com textura firme e uniforme, hidrofóbico.	SSPLUS	3,75	1.125,00
18	10	Unidade	Seringa tríplice, para limpeza, secagem, irrigação e umedecimento, seja, através de ar, água ou a combinação de ambos(spray). Pode ser acoplada a qualquer tipo de equipo, possui jato de ar e água independente, proporcionando ar totalmente seco mesmo quando acionado imediatamente após a água.	VEB	188,90	1.889,00
19	50	Embalagem 50 Unidades	Solução anestésica estéril injetável de cloridrato de lidocaína 2% em associação com epinefrina 1:100.000. Via de administração: parental, com injeção intra-óssea, conjutival e intracanal. Tubete de cristal 1,8 ml cloridrato de lidocaína, a 20 mg p/ ml. Isento de metilparabeno.	DFL	111,20	5.560,00
20	100	Embalagem 50 Unidades	Solução anestésica estéril injetável de cloridrato de Prilocaína 3%(30mg/ml) em associação com felipressina 0,03UI/ml. Via de administração: parental, com injeção intra-óssea, conjutival e intracanal. Tubete de 1,8 ml cloridrato de lidocaína, a 30 mg p/ ml	DFL	122,46	12.246,00
<b>TOTAL: R\$36.947,72 (trinta e seis mil e novecentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos)</b>						

## 2 CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

2.1 As aquisições serão feitas de acordo com a necessidade e solicitação da Secretaria demandante.

2.2 Os produtos deverão ser fornecidos juntamente com as Autorizações de Fornecimento - AF e as respectivas Notas Fiscais.

2.3 A entrega dos produtos deverá ser feita no prazo máximo de **10 (dez) dias** após o recebimento da AF, no horário das 12h às 17h, no Almoxarifado da Secretaria de Saúde, situado na Rua Vigário Antunes, 155 – Centro, Itapeçerica/MG.



**2.4** Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais e apresentar rotulagem conforme legislação vigente: registro no órgão competente, data de fabricação e data de validade, SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) e ter na data da entrega, prazo equivalente a, no mínimo, **60% (sessenta por cento) de sua validade**, contados da data de fabricação.

**2.5** Os produtos deverão ser embalados e transportados adequadamente, dentro das normas vigentes de segurança e transporte, de forma a assegurar a sua qualidade e integridade.

**2.6** As despesas decorrentes do transporte, carga e descarga são de inteira responsabilidade da Contratada.

**2.7** Durante a validade do registro, a Contratada não poderá alegar a indisponibilidade do produto, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas nesta Ata.

### **3 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**3.1** O recebimento dos produtos estará condicionado à conferência, exame, aceitação final, obrigando-se a Contratada a substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, os produtos com defeitos ou em desconformidade. Na entrega serão verificados os prazos de validade, a conformidade e o estado de conservação das embalagens e se estas contêm todas as informações exigidas.

**3.2** Havendo defeitos ou desconformidade do objeto será lavrado relatório com todas as ocorrências e as deficiências verificadas, cuja cópia será encaminhada à Contratada notificando-a para a imediata correção das irregularidades apontadas. Os fornecedores terão um prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, após a notificação por escrito para realizarem a troca do produto.

**3.3** O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

### **4 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1** Os pagamentos serão efetuados até o **10º (décimo) dia útil** após o recebimento definitivo dos produtos, mediante a apresentação dos documentos de cobrança: Nota Fiscal (identificada com o número deste processo licitatório) devidamente atestada pelo recebedor acompanhada pela Autorização de Fornecimento.

**4.2** A forma de pagamento será através de transferência eletrônica (TED) ou depósito em conta bancária indicada pela Contratada.

**4.3** Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a NF será devolvida pelo Contratante à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

### **5 REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**5.1** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial do instrumento contratual, conforme as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**5.2** O beneficiário do registro poderá solicitar o realinhamento dos preços vigentes através de solicitação formal a Diretoria de Contratos, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

**5.2.1** Somente será admitido o reequilíbrio em casos onde haja a comprovação de que os incrementos ensejadores da alteração contratual se deram de forma imprevisível. Ao pleitear o reequilíbrio caberá ao contratado apresentar duas planilhas de custos: uma do tempo atual e outra da época da proposta.

**5.3** Requerido o realinhamento do preço registrado, o fiscal da ata providenciará a consulta ao “mercado” caso o preço de mercado seja superior ao novo preço apresentado pelo detentor da ata, será aplicado o realinhamento pleiteado. Se o preço apurado for inferior ao preço pretendido pelo fornecedor, este será convocado para negociar e adequá-lo ao de mercado, mantendo o detentor da ata



preço igual ou inferior ao pesquisado terá este assegurado o exercício de preferência e o seu direito à contratação.

5.4 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado.

## **6 OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ARP**

6.1 Manter atualizado durante toda a vigência do registro as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, substituindo qualquer documento que vier a perder a validade.

6.2 Entregar os produtos no local indicado pelo Contratante, no prazo estabelecido e em conformidade com o Edital e esta Ata de Registro de Preços.

6.3 Emitir as notas fiscais rigorosamente de acordo com as especificações contidas nas Autorizações de Fornecimento.

6.4 Atender às solicitações feitas pela Diretoria de Compras.

6.5 Responsabilizar-se pela perfeita qualidade dos produtos fornecidos, sempre observando as normas técnicas exigidas para os mesmos.

6.6 Substituir no prazo estipulado, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verificarem defeitos, vícios, adulterações ou incorreções.

6.7 Responsabilizar-se pelos custos e despesas decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento das obrigações tributárias, transporte, carga e descarga e ainda, quaisquer outras despesas oriundas desta contratação, devendo a Contratada apresentar, quando solicitados, os respectivos comprovantes de regularidade.

6.8 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrente de sua culpa, dolo, omissão ou negligência na execução do contrato, enfim, responsabilizar-se por indenizações por quaisquer danos materiais e/ou pessoais surgidos em consequências do fornecimento dos produtos.

## **7 OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

7.1 Fiscalizar o Registro de Preços e o fornecimento através da Secretaria demandante

7.2 Receber os produtos e realizar sua análise quanto à conformidade, quantidade e qualidade, através de fiscalização exercida pelo fiscal designado.

7.3 Apresentar a Contratada todas as informações necessárias.

7.4 Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no Edital, e que somente ocorrerá após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente discriminada pela Contratada e atestada pelo servidor responsável, acompanhada pelas respectivas Autorizações de Fornecimento.

7.5 Notificar a Contratada por escrito qualquer irregularidade constatada.

7.6 Emitir Autorização de Fornecimento.

## **8 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1 Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização do contrato será realizado por representante da Administração, denominado FISCAL DO CONTRATO.

8.1.1 Fica designado como FISCAL, o Sr. **Elvis Júnior Diniz**, ao qual, além das atribuições de fiscalização da execução contratual compete o controle e fiscalização do Registro de Preços.

8.2 A fiscalização exercerá todos os atos necessários à verificação rigorosa do cumprimento das especificações e condições contratuais. A fiscalização será realizada visando garantir a conformidade, integridade e a qualidade dos produtos, bem como a eficiência, pontualidade e continuidade no



fornecimento, podendo o Contratante tomar quaisquer decisões para assegurar a adequada execução do objeto, inclusive rescisão contratual.

**8.3** As exigências e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução contratual.

**8.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

## **9 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1** O controle do Registro de Preços será feito por um fiscal indicado pela Secretaria Municipal demandante, ao qual compete:

**9.1.1** Promover consulta prévia junto à Diretoria de Compras, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente ao referido órgão, as informações sobre a contratação a ser efetivamente realizada;

**9.1.2** Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando à Administração eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

**9.1.3** Zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

**9.1.4** Informar à Administração, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, às características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em cumprir as condições contratuais para fornecimento do objeto.

**9.2** O fiscal promoverá o controle da ata para verificação da compatibilidade entre os preços registrados e os encontrados no mercado.

## **10 ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

**10.1** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

**10.2** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, os fornecedores serão convocados para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, não havendo êxito nas negociações, proceder-se-á a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**10.3** O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei e o preço encontrado no mercado for igual ou superior ao registrado, mantidas as mesmas condições e prazos de entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

**10.4** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, este poderá ser liberado do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

**10.5** A existência de preços registrados e a assinatura da Ata não obrigam a Administração a efetivar as aquisições, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios de aquisição, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.



## 11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1** A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, sem prejuízo das sanções legais previstas nos arts. 87 da Lei nº 8.666/93 e 7º da Lei nº 10.520/02, além de responsabilidade civil e criminal, as seguintes multas:

- a)** multa moratória de 0,99% (noventa e nove centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 10 (dez) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b)** multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- c)** multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- d)** multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- e)** multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP quando o infrator der causa ao cancelamento da ARP;
- f)** multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

**11.2** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

**11.3** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa do interessado nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista aos autos do processo, observadas as normas do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**11.3.1** Os recursos deverão ser formalmente apresentados, fundamentados e devidamente assinados pelo representante legal da empresa.

**11.4** A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento for devidamente justificado pela Contratada e aceito pelo Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**11.5** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

**11.6** As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Prefeitura, decorrente das infrações cometidas.

## 12 VALIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

**12.1** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

## 13 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**13.1** O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a)** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b)** Não atender à convocação para firmar as obrigações decorrentes deste Registro de Preços;
- c)** Por inexecução da Ata de Registro de Preços firmada;
- d)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e)** Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#);
- f)** Quando o detentor for impedido ou declarado inidôneo par licitar ou contratar com Administração Municipal;
- g)** Por razões de interesse público;



h) A pedido do fornecedor.

**13.2** O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

**13.3** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

**13.4** A solicitação do detentor de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por prazo mínimo de **45 (quarenta e cinco) dias**, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificado e aprovado pelo Órgão Gerenciador.

#### **14 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

**14.1** A presente Ata fundamenta-se:

- a) Nas Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- b) Decreto Federal nº 10.024/19;
- c) Nos Decretos Municipais nº 014/2016 e nº 040/2021;
- d) Na Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- e) Na Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**14.2** A presente Ata vincula-se aos termos:

- a) Do Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 038/2023, constante no Processo Licitatório nº 082/2023.

#### **15 FORO**

**15.1** Elegem as partes o foro da Comarca de Itapeçerica-MG, como competente e exclusivo para dirimir quaisquer dúvidas que porventura originarem desta Ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Itapeçerica/MG, 02 de outubro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Sra. Lara Dias – CPF/MF no. 988.484.616-20  
Secretaria Municipal de Saúde

\_\_\_\_\_  
DUARTE DENTAL EIRELI - ME  
CNPJ Nº 65.122.590/0001-70  
Maria Ilda Duarte - CPF/MF nº 540.188.386-20  
Representante Legal da Detentora do Registro de Preços

Visto: \_\_\_\_\_  
Dr. Welton Vieira Leão  
OAB/MG 78.610  
Assessor Jurídico